



ENTRE A LEI E A PRÁTICA

A ARQUEOLOGIA PREVENTIVA NA
ENCRUZILHADA DO LICENCIAMENTO
AMBIENTAL MODERNO



É inegável que o Brasil precisa de um licenciamento ambiental mais ágil, moderno e transparente.

Mas qualquer mudança legislativa precisa considerar as engrenagens que compõem esse sistema e no caso do **PL 2159/2021**, não considera todas as especificidades do **Patrimônio Cultural**.



Observadas as premissas estabelecidas no art. 38 desta Lei, a autoridade licenciadora encaminhará o TR para manifestação da respectiva autoridade envolvida nas seguintes situações:

II – “quando na ADA ou na área de influência direta sugerida da atividade ou do empreendimento existir intervenção em:”

Art. 39. do PL 2159/2021



E ONDE ESTÃO OS PROBLEMAS?

- ❑ **Patrimônio Imaterial; Possuem em suas características principais serem fluídos e móveis.**
- ❑ **Patrimônio Arqueológico; A impossibilidade de se conhecer os sítios arqueológicos sem que se tenha um estudo in loco.**



E QUAIS AS CONSEQUÊNCIAS PRÁTICAS

- ❑ **Possibilidade real (sobretudo ao bem arqueológico) de serem impactados sem que se tenha os estudos necessários.**
- ❑ **Não conformidade com os artigos 216 e 225 da Constituição Federal.**
- ❑ **Não conformidade com as cartas patrimoniais (EX; Lausanne e Nova Delhi) as quais o Brasil é signatário.**
- ❑ **Aumento do risco jurídico e reputacional**



SOBRE OS PRAZOS ESTABELECIDOS

Art. 38 Art. 39 Art. 40

Entre outras coisas estabelecem os prazos de resposta das autoridades envolvidas.

Neste caso não há nenhum problema no PL N° 2159

O problema está tanto na IN001/2015 quanto na minuta da revisão da IN 001/2015





IN 001/2015

**Minuta da
revisão IN
001/2015**

Licenciamento

Estabelece Prazos (mas que na maioria das vezes não são cumpridos)

Outras portarias normativas que predominam sobre os procedimentos de licenciamento (EX; 07/88)

Alta disparidades nas análises implicando insegurança técnica e financeira aos processos.

Não há no momento (com exceção do SAIP) proposta prática para otimizar os processos de Licenciamento referente ao Patrimônio Cultural

- ❑ Maior Proteção aos Bens culturais.
- ❑ Aumenta o escopo de trabalho sem delimitar prazos, limites ou mesmo critérios técnicos para análises
- ❑ Estabelece Prazos Maiores para análise de relatórios.
- ❑ Outras portarias normativas que predominam sobre os procedimentos de licenciamento (EX; 07/88)

Possíveis Caminhos para solução

Maior Investimento no SAIP, implementando módulos que automatize e simplifique o rito específico para pedido de autorizações de pesquisas arqueológicas preventivas

Maior Investimento em gestão de informações de forma a antecipar procedimentos necessários já na emissão dos TREs.

Maior Investimento no órgão (reconstituir os cargos deficitários), plano de carreiras e melhores salários.

Aplicação de Critérios objetivos para análise técnica, evitando subjetividade e insegurança jurídica;



“NÃO HÁ EFICIÊNCIA SEM DIÁLOGO, E
NÃO HÁ DESENVOLVIMENTO SEM
INTELIGÊNCIA INSTITUCIONAL.”

